

Concessionária
Auto Raposo
Tavares S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	21
Balanços patrimoniais	26
Demonstração do resultados	28
Demonstração do resultados abrangentes	29
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	30
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	31
Demonstração do valor adicionado	32
Notas explicativas às demonstrações financeiras	33

RELEASE de



RE SUL TA DOS

4º TRIMESTRE
2023

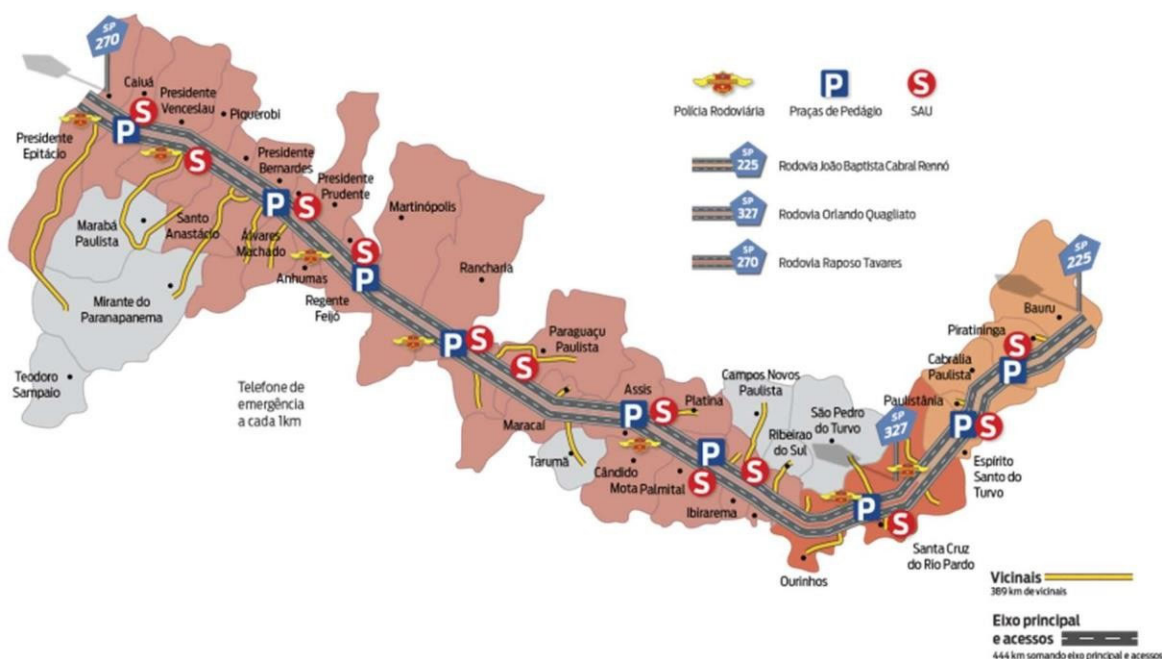
Divulgação Imediata

A Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 chega mais esperançoso e fortalecido para que possamos trabalhar com foco na excelência, na qualidade e na segurança dos nossos colaboradores e clientes. Os últimos anos foram muito desafiadores em todos os aspectos. É assim que queremos seguir a diante, sempre evoluindo e superando todos os desafios, com garra, otimismo, comprometimento para entregar resultados crescentes e sustentáveis para a sociedade, nossos clientes e acionistas.



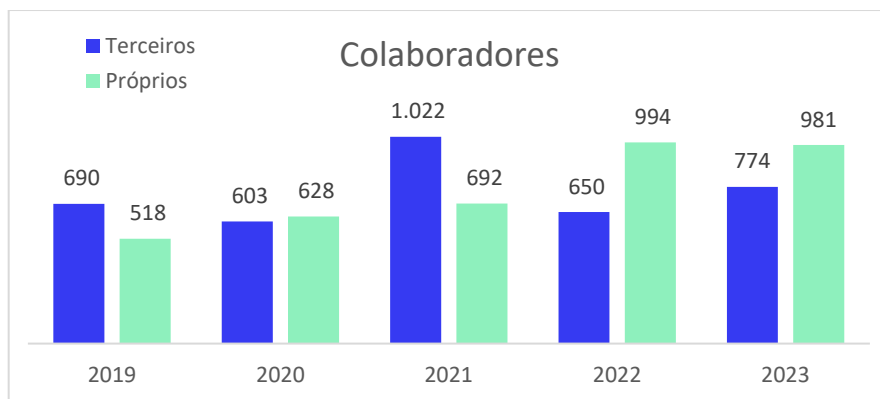
Sustentabilidade e Negócios

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

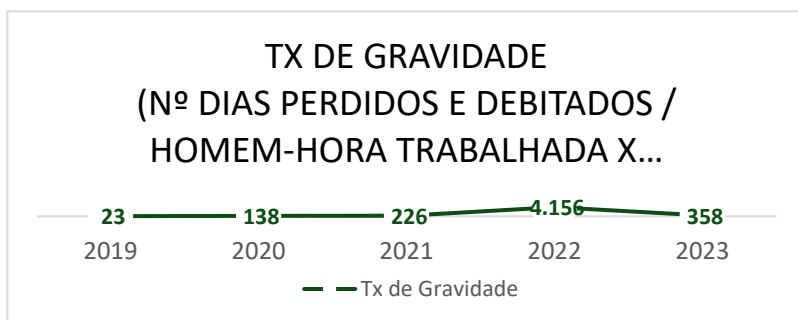
Quadro de Colaboradores

Em 2023 o quadro de colaboradores próprios manteve-se em linearidade quando comparado ao ano 2022. Para os Terceirizados notamos o reflexo das contratações voltadas aos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária.



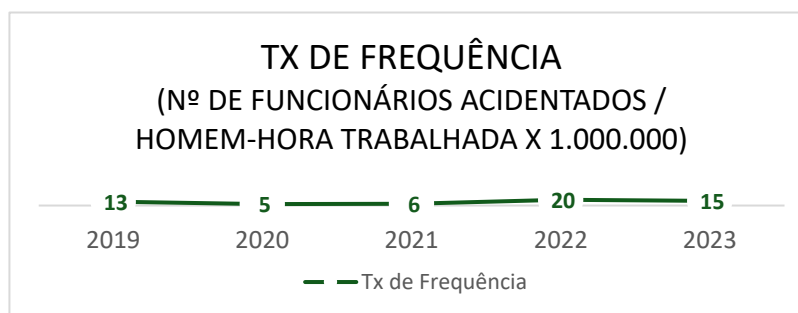
Taxa de Gravidade

A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, que tem refletido em expressivos resultados, reduzindo ocorrências e zelando pela segurança.



Taxa de Frequência

A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências.



ÉTICA E COMPLIANCE

No segundo semestre de 2023, foi realizado treinamento presencial de compliance aos colaboradores da Companhia, contando com palestra acerca do tema. Foi realizada ainda a massiva divulgação do Canal de Ética, destacando a importância da transparência nas relações cotidianas internas e externas.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida

O Programa nasceu em dezembro de 2020 com o objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. As ações contam com atividades de conscientização e sobre direção segura, saúde, bem-estar e assuntos socioambientais. Elas são desenvolvidas em empresas, espaços públicos, postos de serviços e outros locais parceiros. Em 2023, o CART pela Vida realizou 105 ações com 7.987 pessoas que passaram pelas ações de conscientização.

Programa Educando Caminhos

Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, ele tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 8 ações totalizando 560 crianças atendidas em 2023.

Programa Turismo da Gente

Baseado nos 17 ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, o programa Turismo da Gente traz na sua essência o conceito de rodovia inclusiva, onde os atrativos turísticos, bem como o potencial de cada município da área de abrangência da CART poderão ser explorados e desenvolvidos, à medida que absorvam o turismo como atividade econômica. O principal objetivo do Turismo da Gente é apoiar o desenvolvimento do setor na região, a partir da divulgação de destinos turísticos no interior paulista. Em 2023, houve participação em 3 eventos regionais totalizando 665 pessoas participantes, além da gravação de vídeos para divulgação das cidades de Rancharia, Palmital e Tarumã. Algumas cidades passaram a ter destaque em mídias nacionais depois da divulgação do Turismo da Gente.

Incentivo ao Esporte Armador

O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS – 5% (cinco por cento) -, devido ao Município à pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos – Lei Municipal n. 3.791/94.

Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil.

Apoio e incentivo a projetos

Em 2023 houve repasse de parte do imposto de renda devido da concessionária para programas e projetos nas áreas de educação, esporte, criança e adolescente, idoso e cultura. Os Projetos indicados foram mapeados dentro do eixo de concessão da CART e o aporte irá proporcionar um impulsionamento do atendimento social e melhoria da qualidade de vida na região, além de favorecer o relacionamento institucional com os municípios. As cidades beneficiadas diretamente com o repasse foram: Assis, Ourinhos, Bauru e Presidente Venceslau. O Projeto Guri, que atua no incentivo à cultura, recebeu aporte que irá apoiar na continuidade do atendimento aos polos de 23 cidades do eixo da concessão, entre elas: Álvares Machado, Anhumas, Assis, Bauru, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Ibirarema, Maracá, Martinópolis, Mirante de Paranapanema, Ourinhos, Palmital, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Presidente Prudente, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Expedito e Teodoro Sampaio.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2023, destacam-se:

Programa de Proteção à Fauna

Programa pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna e telamento, para condução segura dos animais) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 160 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP 225, Orlando Quagliato – SP 327 e Raposo Tavares – SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna. As ações do Programa de Proteção à Fauna buscam não só reduzir o número de ocorrências envolvendo animais, mas também mitigar o efeito barreira ocasionado pela rodovia, evitando o isolamento de populações por meio do aumento da conectividade com a formação de corredores ecológicos, o que gera a manutenção de populações e ganhos à diversidade faunística.

Projeto de Reflorestamento

A CART possui atualmente 458 hectares de áreas de reflorestamento em andamento, totalizando 763.536 árvores de espécies nativas. Os reflorestamentos possuem extrema importância ambiental e social, na preservação dos cursos d'água, melhoria na qualidade do ar e habitat para a fauna silvestre.

Dentre os projetos em andamento na CART, destacam-se:

Projeto de Reflorestamento – Zona de Amortecimento ESEC – Mico-Leão-Preto

Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reservas Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação

Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, tendo como premissa promover a recomposição florestal do local.

Este projeto está contemplado no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária de conectividade.

Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Paranapanema, SP

O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50,00 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reservas Legal e Áreas de Preservação Permanente em propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico Leão Preto. Essa área, quando reflorestada, contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do Interior, interligando as duas maiores unidades de conservação desse bioma, o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica do Mico Leão Preto (ESECMLP).

Selo Ouro: Programa Brasileiro GHG Protocol

CHG Protocol é um pacote de padrões, orientações, ferramentas e treinamentos para que empresas e governos mensurem e gerenciem as emissões antropogênicas responsáveis pelo aquecimento global.

O Programa Brasileiro GHG Protocol foi criado em 2008 e é responsável pela adaptação do método CHC Protocol ao contexto brasileiro e desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

A CART participou do ciclo 2023 do Programa GHG Protocol, onde foram auditadas as emissões de GEE referente ao ano de 2022, recebendo o Selo Ouro que certifica o inventário corporativo pelo alcance do mais alto nível de qualificação.



Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais de recuperação de áreas de preservação. Esse restauro da vegetação, efetivamente, resulta na formação de corredores verdes que cumprem a tarefa de preservar nascentes e mananciais indispensáveis ao abastecimento de municípios.

Além de projetos voltados a preservação de nascentes e mananciais, a CART deu outro importante passo no combate à escassez dos recursos hídricos: a adoção de sistema de reuso de água com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são: (i) reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária; (ii) mitigar riscos ambientais; (iii) conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais quanto a escassez do recurso, necessidade preservação e uso racional da água, além de incentivo e valorização de práticas sustentáveis.

A estação de tratamento implantada na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) foi a pioneira na CART, e está em funcionamento desde abril de 2021.

Dois novos sistemas foram instalados em 2022, sendo um na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 3 (SAU 3), e outro na Praça de Pedágio 3.

Ao todo, os três sistemas em funcionamento na CART têm a capacidade de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 20 famílias todos os dias.

Para 2024, está prevista a implantação de mais um sistema. A unidade contemplada será o Serviço de Atendimento ao Usuário 4 (SAU 4).

A cada passo no sentido de expansão da solução, a CART estará cada vez menos exposta às crises hídricas, assim como reduzindo cada vez mais os seus impactos no meio ambiente.

Projeto Energia Limpa – Geração de Energia Solar

Entre os principais desafios no mundo, as medidas de redução do impacto climático no planeta estão nos planos de sistemas rodoviários no interior de São Paulo. As soluções em energia limpa para a autossuficiência de operações, de Bauru a Presidente Epitácio, seguem em ampliação pela CART, em alinhamento com os objetivos sustentáveis da ONU.

Concluídas no final de 2022, as estações de energia solar são responsáveis por abastecer equipamentos que compõem a infraestrutura operacional da CART, como painéis de mensagens, câmeras de monitoramento e torres de transmissão, além das bases do Serviço de Atendimento ao Usuário espalhadas pela Concessão.

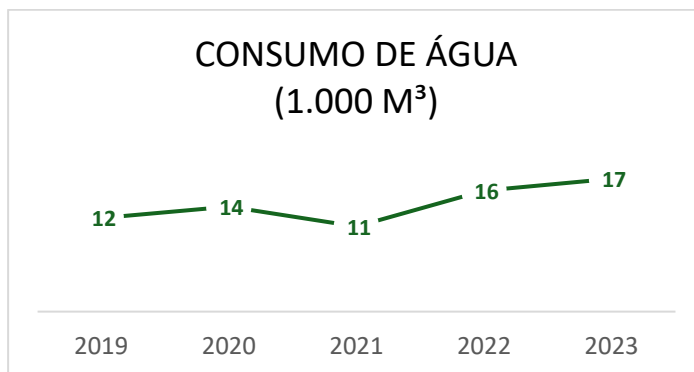
O Projeto foi viabilizado a partir da instalação de 1.060 placas fotovoltaicas e 20 inversores, capazes de gerar até 70.000 kWh/mês, o que equivale ao consumo médio de 450 residências.

A quantidade de CO² que anualmente deixará de ser liberada na atmosfera em decorrência do Projeto Energia Limpa, é equivalente ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 264 árvores nos seus primeiros 20 anos de idade.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

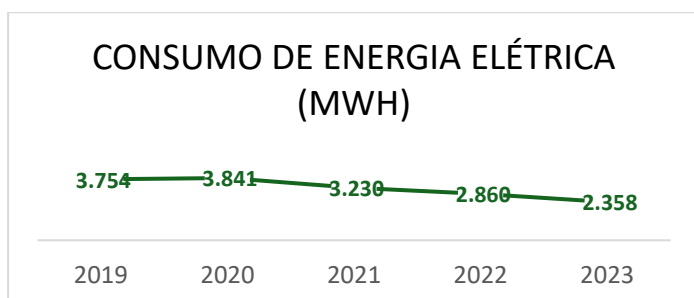
Consumo de Água

Em 2023, houve pouca alteração no consumo devido à manutenção das mesmas diretrizes estabelecidas em 2022. Estas diretrizes envolviam a internalização de atividades de conservação, como limpezas, áreas pavimentadas, sinalização vertical, elementos de proteção e segurança, que antes eram terceirizada.



Consumo de Energia

Iniciativas voltadas à redução do consumo de energia implementadas em 2022 continuaram a apresentar resultados positivos de redução em 2023.



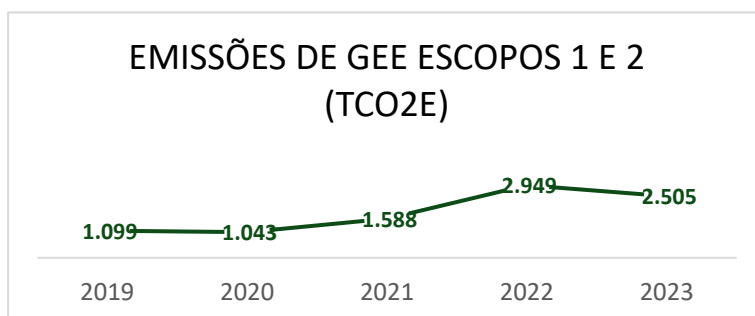
Consumo de Combustível

No ano de 2023 o consumo de combustível permaneceu em linearidade ao ano anterior, pois não ocorreram alterações na frota operacional da CART.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

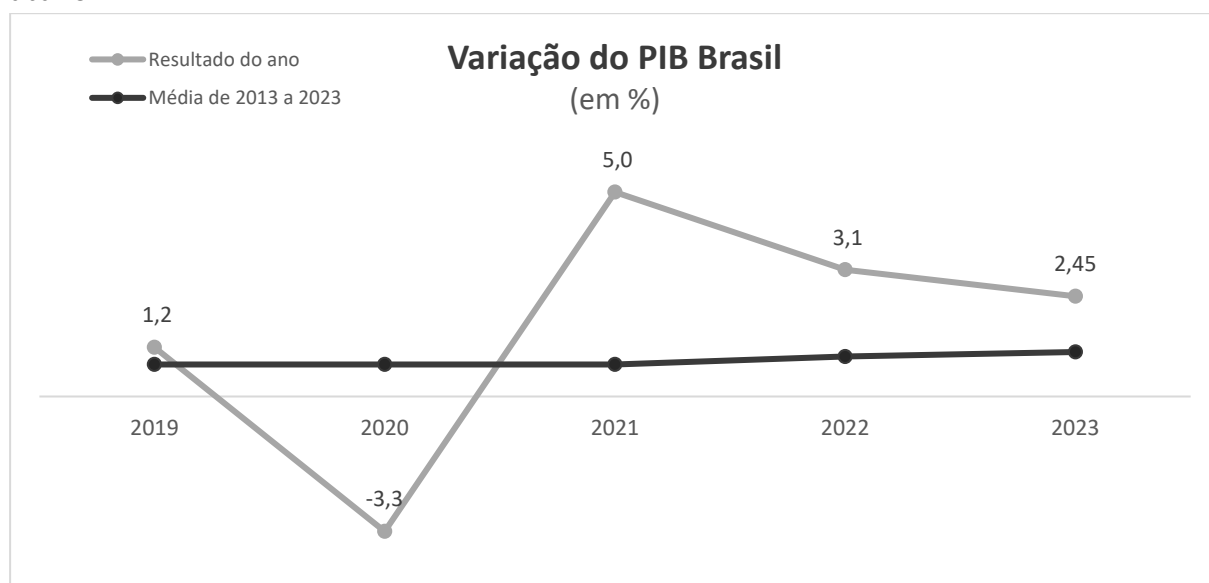
A redução no volume de emissões de GEE em 2022 está relacionada as atividades primarizadas pela Companhia, com relação a utilização de equipamentos movidos a combustíveis fósseis.



Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

O resultado do PIB previsto para 2023 continua com em uma crescente indicando uma retomada no crescimento iniciado em 2017 e interrompido em 2020 por conta da pandemia do Corona Vírus, conforme gráfico abaixo:



Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação e Juros	4T23	4T22	p
IPCA Últimos 12 meses	4,6%	5,8%	-1,2 pp
CDI Final do Período	0,9%	1,1%	-0,2 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,0%	12,4%	0,6 pp

RESULTADO OPERACIONAL

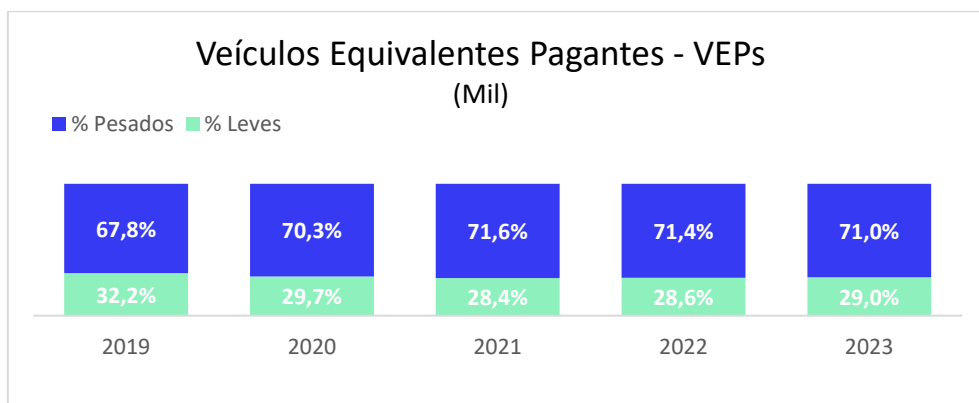
Cenário CART

Desempenho Operacional (Mil)	4T23	4T22		2023	2022	
VEPs¹	17.098	15.557	▲ 9,9%	63.565	59.295	▲ 7,2%
Veículos Leves	4.992	4.618	8,1%	18.454	16.987	8,6%
Veículos Pesados	12.106	10.939	10,7%	45.111	42.308	6,6%
Tráfego²	7.762	7.194	▲ 7,9%	28.927	27.048	▲ 6,9%
Veículos Leves	5.060	4.667	8,4%	18.680	17.175	8,8%
Veículos Pesados	2.575	2.396	7,5%	9.730	9.351	4,1%
Veículos Isentos	127	131	-3,1%	517	522	-1,0%
Tarifa Média (R\$)	10,24	9,84	▲ 4,1%	10,06	9,18	▲ 9,6%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 63,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2023, um aumento de 7,2% em relação ao ano anterior. No 4T23, as nove praças de pedágio da CART registraram 17 milhões de VEPs, um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período de 2022.



A proporção de VEPs pesados na representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi ligeiramente menor em 2023 comparado a 2022.

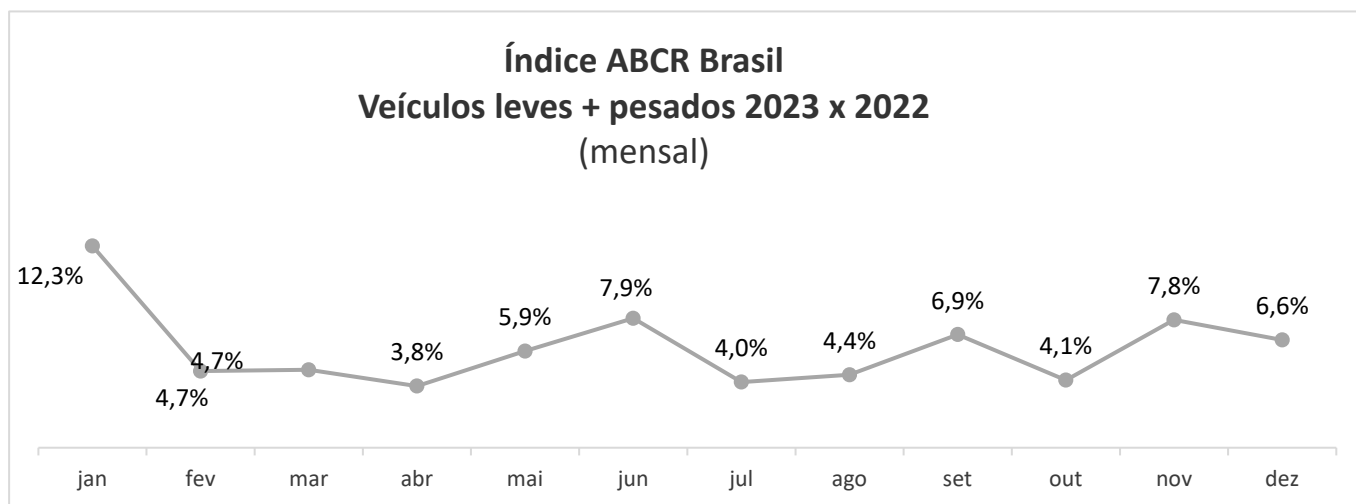
Cenário Brasil

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/23 sobre Jan/Dez/22): Brasil	7,1%	3,0%	6,1%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/23 sobre Out/Dez/22): Brasil	6,0%	6,6%	6,2%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma retomada no tráfego em 2023, como demonstrado no gráfico a seguir:



No acumulado do ano o aumento no tráfego foi de 6,9%, sendo 8,8% para os veículos leves e 4,1% para os veículos pesados.

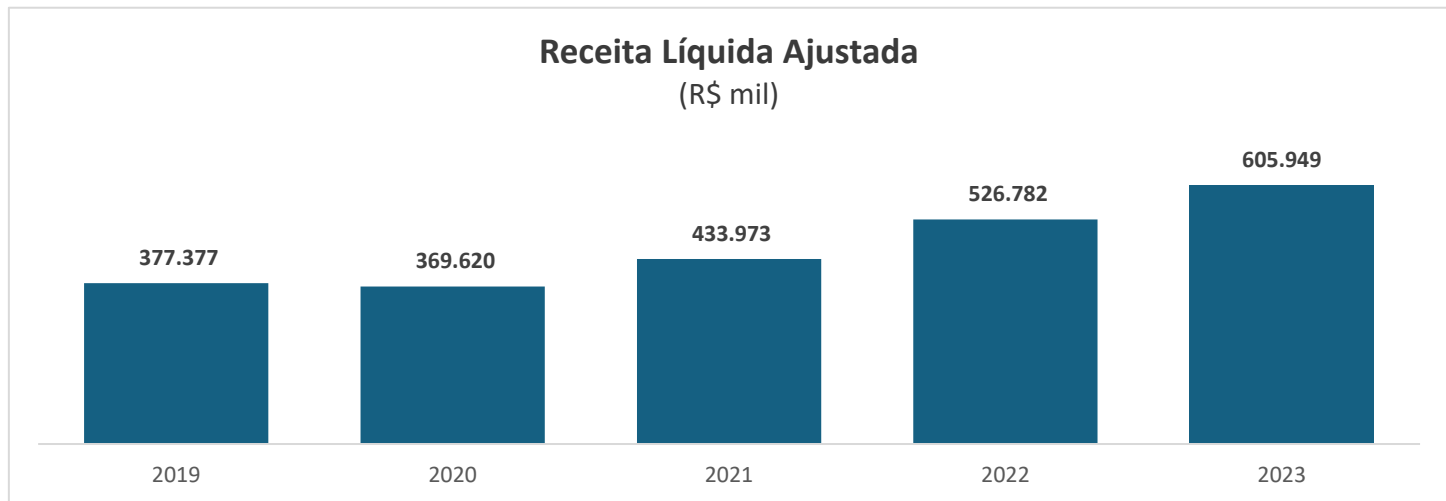
RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T23	4T22		2023	2022	
Receita						
Receitas com Pedágio	175.195	153.173	14,4%	639.904	555.113	15,3%
Receitas Acessórias	5.587	7.051	-20,8%	23.276	21.290	9,3%
Receita Bruta	180.782	160.224	12,8%	663.180	576.403	15,1%
Deduções da Receita Bruta	(15.584)	(13.794)	13,0%	(57.231)	(49.621)	15,3%
Receita Líquida ¹	165.198	146.430	12,8%	605.949	526.782	15,0%

A receita líquida ajustada totalizou R\$ 605,9 milhões no ano de 2023, um aumento de 15% quando comparada com 2022. No 4T23 o aumento foi de 12,8% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta melhora na receita líquida ajustada é explicada pela retomada no tráfego da rodovia, combinada com a atualização contratual anual das tarifas de pedágio.

O gráfico abaixo demonstrará a evolução da receita líquida ajustada nos últimos 5 anos:



Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Pessoal	(17.338)	(17.386)	-0,3%	(68.643)	(65.705)	4,5%
Conservação e manutenção	(3.527)	(6.333)	-44,3%	(11.882)	(22.053)	-46,1%
Operacionais	(15.138)	(10.806)	40,1%	(46.904)	(38.183)	22,8%
Provisão para contingências	(784)	(153)	412,4%	(17.133)	(9.765)	75,5%
Serviços de terceiros (*)	(5.156)	(3.827)	34,7%	(16.040)	(14.292)	12,2%
Custas Processuais	(7.086)	-	-	(7.086)	-	-
Manutenção de Veículos	(707)	(567)	24,7%	(2.589)	(2.376)	9,0%
Materiais Diversos	(358)	(852)	-58,0%	(2.012)	(3.326)	-39,5%
Outras despesas diversas	(3.710)	(4.086)	-9,2%	(20.871)	(23.168)	-9,9%
Outras despesas operacionais	(582)	-	-	(582)	-	-
Outras receitas operacionais	384	-	-	699	9.306	-92,5%
Custos & Despesas Administráveis	(54.002)	(44.010)	22,7%	(193.043)	(169.562)	13,8%
Outorga variável	(5.423)	(4.806)	12,8%	(19.901)	(17.287)	15,1%
Depreciação e amortização	(51.498)	(50.772)	1,4%	(202.745)	(176.612)	14,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(110.923)	(99.588)	11,4%	(415.689)	(363.461)	14,4%
Custo de construção de obra	(47.308)	(64.437)	-26,6%	(86.322)	(392.137)	-78,0%
Provisão de manutenção	(4.303)	(77.983)	-94,5%	(16.738)	(104.440)	-84,0%
Custos & Despesas Operacionais	(162.534)	(242.008)	-32,8%	(518.749)	(860.038)	-39,7%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

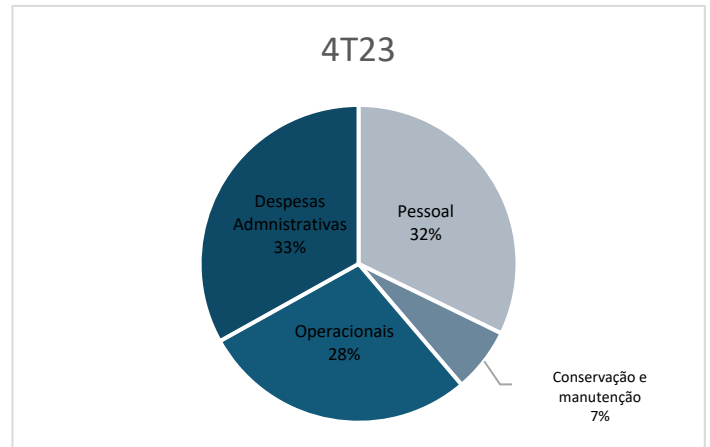
No ano de 2023 os custos e despesas administráveis totalizaram R\$ 193 milhões, um aumento de 13,8% quando comparado com o ano de 2022. No 4T23 o aumento foi de 22,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O aumento na rubrica de Despesas Administrativas tem o principal reflexo de passivos regularizados junto ao poder concedente. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes

fases do cronograma de investimentos da concessão.

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico ao lado demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



EBITDA e margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T23	4T22		2023	2022	
Lucro ou Prejuízo Líquido	11.344	(40.598)	-127,9%	10.044	(72.108)	-113,9%
Resultado Financeiro Líquido	32.699	36.067	-9,3%	150.488	157.519	-4,5%
IRPJ & CSLL	6.510	(18.678)	-134,9%	12.990	(26.530)	-149,0%
Depreciação e Amortização	51.498	50.772	1,4%	202.745	176.612	14,8%
EBITDA ICVM 527	102.052	27.563	270,2%	376.267	235.493	59,8%
Margem EBITDA	44,7%	-4,9%	49,6 pp	50,2%	32,6%	17,6 pp
Provisão de Manutenção (IFRS)	4.303	77.983	-94,5%	16.738	104.440	-84,0%
EBITDA Ajustado¹	106.354	105.546	0,8%	393.005	339.933	15,6%
Margem EBITDA Ajustada¹	64,4%	72,1%	-7,7 pp	64,9%	64,5%	0,4 pp

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 393 milhões no ano de 2023, um aumento de 15,6% quando comparado como ano de 2022, já a margem EBITDA atingiu 64,9%. No 4T23 o aumento foi de 0,8% e a margem EBITDA atingida foi de 64,4%. A melhora está relacionada ao aumento do tráfego em nossas rodovias.

Resultado Financeiro

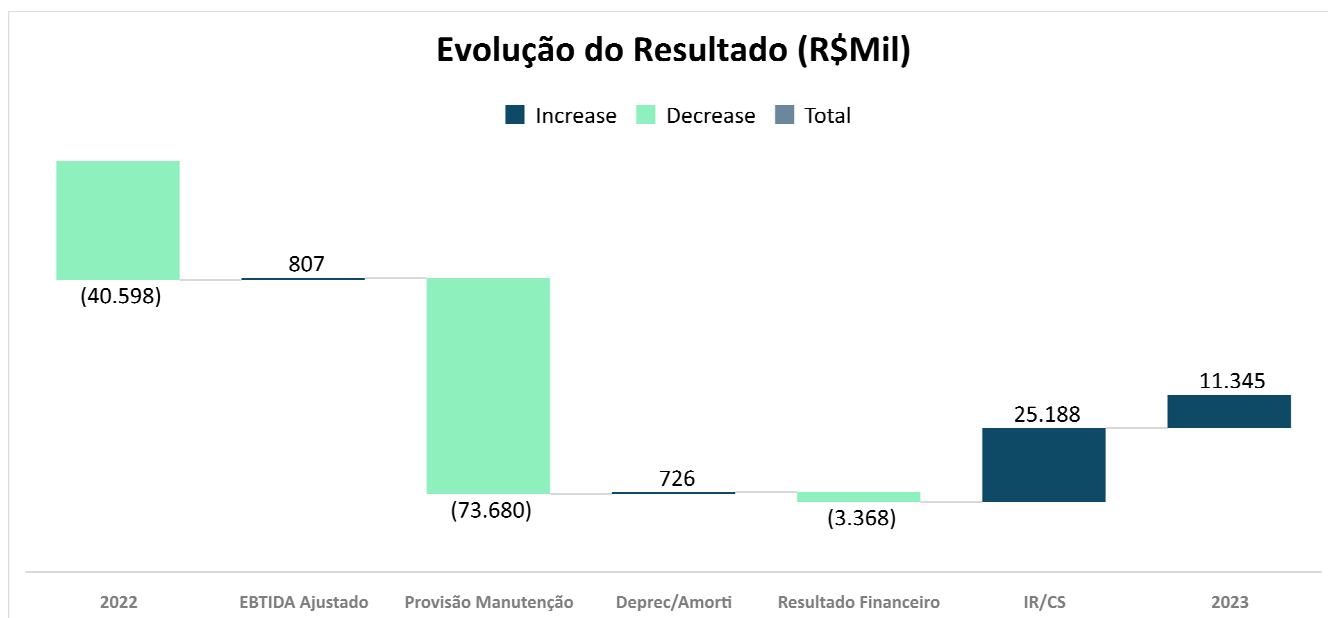
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T23	4T22		2023	2022	
Resultado Financeiro	(32.699)	(36.067)	-9,3%	(150.488)	(157.519)	-4,5%
Receitas Financeiras	6.577	5.166	27,3%	19.348	20.372	-5,0%
Juros sobre aplicações financeiras	6.440	4.608	39,8%	18.271	18.999	-3,8%
Outros	137	558	-75,4%	1.077	1.373	-21,6%
Despesas Financeiras	(39.277)	(41.233)	-4,7%	(169.836)	(178.091)	-4,6%
Comissões e despesas bancárias	(63)	194	-132,5%	(571)	777	-173,5%
Variação monetária passiva	(31.139)	(16.265)	91,4%	(76.569)	(77.160)	-0,8%
Juros sobre debêntures	(21.910)	(22.778)	-3,8%	(92.645)	(91.951)	0,8%
Outros	13.835	(2.384)	-680,3%	(51)	(9.757)	-99,5%

No exercício de 2023 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 150,4 milhões, uma redução de 4,5% quando comparado ao ano de 2022. O principal motivo está relacionado as dívidas indexadas pelo IPCA, cujo índice apresentou um redução significativo no ano de 2023.

Resultado do Exercício

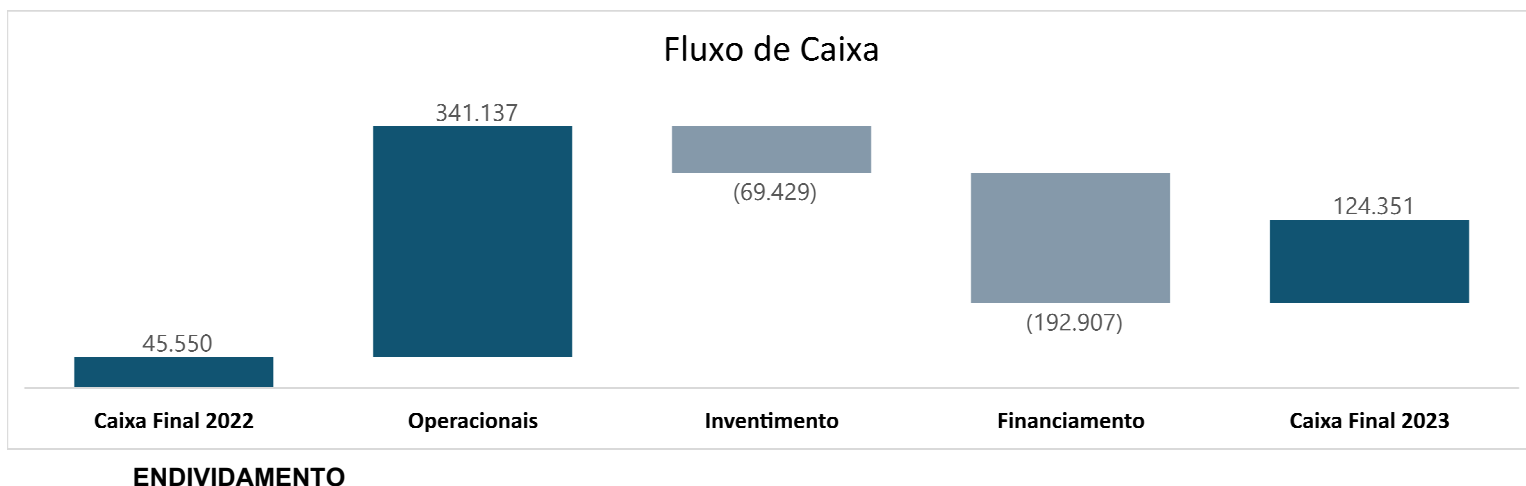
Resultado Líquido (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	11.345	(40.598)	-127,9%	10.044	(72.108)	-113,9%

O resultado de 2023 foi de Lucro Líquido de R\$ 10 milhões, uma melhora quando comparado a 2022. Está melhora está relacionada pelo crescente tráfego da rodovia e as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão no período, como demonstrado no gráfico abaixo:



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia aumentou em 2023, com R\$ 124,3 milhões, devido aos investimentos previstos realizados como demonstrado no gráfico abaixo:



Disponibilidade e Endividamento (R\$)	2023	2022	
Dívida Bruta	(1.217.714)	(1.249.079)	-2,5%
Curto Prazo	(119.881)	(73.415)	63,3%
Debêntures	(119.881)	(73.415)	63,3%
Longo Prazo	(1.097.833)	(1.175.664)	-6,6%
Debêntures	(1.097.833)	(1.175.664)	-6,6%
Disponibilidades	142.260	61.292	132,1%
Caixa e equivalentes de caixa	124.351	45.550	173,0%
Aplicações Financeiras Vinculadas	17.909	15.742	13,8%
Dívida Líquida Ajustada	(1.075.454)	(1.187.787)	-9,5%

No exercício de 2023, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.075 milhões, uma redução de 9,5% em relação ao ano de 2022. Essa redução justifica-se pelo aumento do caixa e aplicações em relação ao ano anterior.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Investimento Total	18.181	(81.661)	-122,3%	67.449	246.686	-72,7%
Imobilizado	1.591	607	162,1%	5.734	12.418	-53,8%
Intangível	16.590	(82.268)	-120,2%	61.715	234.268	-73,7%
Direito de Concessão (Investimento)	16.590	(82.268)	-120,2%	61.715	234.268	-73,7%

No ano de 2023 foram investidos R\$ 61,7 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente, além dos equipamentos destinados as atividades primarizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS E PLANOS

A CART seguirá direcionada para a excelência na gestão de suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas.

Além disso, programas como: ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança corporativa), um conjunto de políticas voltadas à sustentabilidade e o INOVACART, um programa voltado à inovação, foram consolidados e aprimorados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Bauru, 29 de fevereiro de 2024

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

Diretor Presidente

René Pinto

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T23	4T22		2023	2022	
Receita operacional líquida	212.508	210.867	0,8%	692.271	918.919	-24,7%
Custo dos serviços prestados	(141.723)	(227.800)	-37,8%	(439.820)	(794.431)	-44,6%
LUCRO BRUTO	70.785	(16.933)	-518,0%	252.451	124.488	102,8%
Gerais e administrativas	(20.613)	(14.208)	45,1%	(79.045)	(74.913)	5,5%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	383	7.933	-95,2%	117	9.306	-98,7%
RESULTADO OPERACIONAL	50.555	(23.208)	-317,8%	173.522	58.881	194,7%
Receitas financeiras	6.577	5.166	27,3%	19.348	20.372	-5,0%
Despesas financeiras	(39.276)	(41.233)	-4,7%	(169.836)	(177.891)	-4,5%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	17.856	(59.275)	-130,1%	23.034	(98.638)	-123,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.387)	-	n.d	(11.870)	-	n.d
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.123)	18.678	-106,0%	(1.120)	26.530	-104,2%
RESULTADO DO PERÍODO	11.346	(40.597)	-127,9%	10.044	(72.108)	-113,9%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022	Passivo (R\$ Mil)	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	124.351	45.550	Fornecedores	30.750	51.339
Aplicação Financeira Vinculada	17.909	15.742	Debêntures	119.881	73.415
Contas a receber	50.028	42.616	Outras Contas a pagar	97.624	382
Estoques	6.731	9.050	Tributos a recolher	6.957	6.586
Tributos a recuperar	5.003	9.049	Obrigações com empregados e administradores	11.804	11.665
Adiantamentos a fornecedores	9.083	5.884	Credor pela Concessão	1.854	1.667
Outros	-	1	Partes relacionadas	1.015	291
Total do Circulante	213.105	127.892	Receita Acessória Antecipada	9.280	11.261
			Passivo de arrendamento	3.266	3.113
Ativo Não Circulante			Provisão para manutenção	48.209	97.146
Impostos diferidos ativos	426.168	427.288	Total do Circulante	330.640	256.865
Depósitos judiciais	6.076	15.705			
Outros	10	10	Passivo Não Circulante		
Imobilizado	34.028	38.722	Passivo de arrendamento	369	2.633
Infraestrutura em andamento	2.098	78.716	Debêntures	1.097.833	1.175.664
Intangível	2.449.100	2.477.233	Provisão para riscos processuais	50.034	104.461
Total do Não Circulante	2.917.480	3.037.674	Receita Acessória Antecipada	36.014	34.178
			Provisão para manutenção	28.921	15.035
			Total do Não Circulante	1.213.171	1.331.971
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	2.451.400	2.451.400
			Prejuízos Acumulados	(864.626)	(874.670)
			Total do Patrimônio Líquido	1.586.774	1.576.730
TOTAL DO ATIVO	3.130.585	3.165.566	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.130.585	3.165.566



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 5,7.5 e 16 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.451.198 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 5, 7.3.2 e 13.b das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 426.168 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA)); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>): (i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 29 de Fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9	124.351	45.550
Aplicações financeiras vinculadas	10	17.909	15.742
Contas a receber	11	50.028	42.616
Estoques	12	6.731	9.050
Tributos a recuperar	13.a	5.003	9.049
Adiantamentos de fornecedores		9.083	5.884
Outros		-	1
Total do ativo circulante		<u>213.105</u>	<u>127.892</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	13.b	426.168	427.288
Depósitos judiciais	20.d	6.076	15.705
Outros		10	10
Imobilizado	15	34.028	38.722
Infraestrutura em construção	16	2.098	78.716
Intangível	16	2.449.100	2.477.233
Total do ativo não circulante		<u>2.917.480</u>	<u>3.037.674</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.130.585</u>	<u>3.165.566</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	17.a	30.750	51.339
Debêntures	18	119.881	73.415
Outras contas a pagar	17.b	97.624	382
Tributos a recolher		6.957	6.586
Obrigações com empregados e administradores		11.804	11.665
Credor pela concessão	19	1.854	1.667
Partes relacionadas	14	1.015	291
Receita acessória antecipada	21	9.280	11.261
Passivo de arrendamento	23	3.266	3.113
Provisão para manutenção	22	48.209	97.146
Total do passivo circulante		<u>330.640</u>	<u>256.865</u>
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamento	23	369	2.633
Debêntures	18	1.097.833	1.175.664
Provisão para riscos processuais	20	50.034	104.461
Receita acessória antecipada	21	36.014	34.178
Provisão para manutenção	22	28.921	15.035
Total do passivo não circulante		<u>1.213.171</u>	<u>1.331.971</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.a	2.451.400	2.451.400
Prejuízos acumulados		<u>(864.626)</u>	<u>(874.670)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.586.774</u>	<u>1.576.730</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.130.585</u>	<u>3.165.566</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	25	692.271	918.919
Custo dos serviços prestados	26	<u>(439.820)</u>	<u>(794.431)</u>
LUCRO BRUTO		<u>252.451</u>	<u>124.488</u>
Gerais e administrativas	26	(79.046)	(74.913)
Outras receitas operacionais	26	699	9.306
Outras despesas operacionais	26	<u>(582)</u>	<u>-</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>173.522</u>	<u>58.881</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	27	19.348	20.372
Despesas financeiras	27	<u>(169.836)</u>	<u>(177.891)</u>
		<u>(150.488)</u>	<u>(157.519)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.034	(98.638)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.c	(11.870)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.c	<u>(1.120)</u>	<u>26.530</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>10.044</u>	<u>(72.108)</u>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	28	0,001	(0,006)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.044	(72.108)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>10.044</u>	<u>(72.108)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.306.400</u>	<u>-</u>	<u>(802.562)</u>	<u>1.503.838</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.b	-	145.000	-	145.000
Aumento de capital	24.b	145.000	(145.000)	-	-
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(72.108)</u>	<u>(72.108)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.451.400</u>	<u>-</u>	<u>(874.670)</u>	<u>1.576.730</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.044</u>	<u>10.044</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>2.451.400</u>	<u>-</u>	<u>(864.626)</u>	<u>1.586.774</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		10.044	(72.108)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	26	202.745	176.612
Baixa de imobilizado e intangível		522	585
Provisão para manutenção		13.886	95.694
Provisão de fornecedores		(3.593)	(12.441)
Provisão para riscos processuais, líquidos		20.300	18.388
Variações monetárias e encargos, líquidos sobre debêntures		150.732	169.111
Receita financeira sobre aplicações financeiras		(9.207)	-
Juros sobre contrato de arrendamento	23	451	607
Custo de captação amortizado das debêntures	18	7.731	6.907
Impostos correntes	13.c	11.870	-
Impostos diferidos	13.c	1.120	(26.530)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(7.412)	(12.939)
Estoques		2.319	(3.732)
Tributos a recuperar		4.046	(4.301)
Adiantamentos de fornecedores		(3.199)	4.262
Depósitos judiciais		9.629	1.344
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores	17.a	(33.379)	(26.131)
Obrigações com empregados e administradores		139	3.350
Tributos a recolher		(11.499)	1.512
Partes relacionadas		724	74
Receita acessória antecipada		(145)	777
Pagamento de outorga variável		187	290
Consumo da provisão para manutenção		(48.937)	(98.785)
Outras obrigações e contas a pagar		22.514	(194)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	23	(451)	(607)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		341.137	221.745
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(5.734)	(7.121)
Aquisição de intangível		(70.736)	(356.156)
Aplicações financeiras		7.040	(7.084)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(69.429)	(370.361)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	24.b	-	145.000
Pagamento de debêntures	18	(55.209)	(45.051)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures		(134.619)	(134.714)
Pagamento de passivo de arrendamento	23	(3.079)	(2.337)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(192.907)	(37.102)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA (O) NO SALDO DE EQUIVALENTES DE CAIXA		78.801	(185.718)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		45.550	231.268
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		124.351	45.550
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA (O) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		78.801	(185.718)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		750.201	977.845
Receita de Pedágio e Acessórias	25	663.180	576.403
Receita de construção	25	86.322	392.137
Outras receitas	26	699	9.305
Insumos adquiridos de terceiros		(225.916)	(608.706)
Custo de construção	26	(86.322)	(392.137)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(139.594)	(216.569)
Valor adicionado bruto		524.285	369.139
Retenções		(202.745)	(176.612)
Depreciação e amortização	26	(202.745)	(176.612)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		321.540	192.527
Valor adicionado recebido em transferência		19.348	20.372
Receitas financeiras	27	19.348	20.372
Total do valor adicionado a distribuir		340.888	212.899
Distribuição do valor adicionado		340.888	212.899
Pessoal e encargos		58.414	56.202
Remuneração direta		41.205	40.710
Benefícios		12.518	10.540
FGTS		3.367	2.748
Outros		1.324	2.204
Impostos, taxas e contribuições		100.500	49.880
Federais		46.452	30.540
Estaduais		19.901	17.287
Municipais		33.027	28.583
Imposto Diferido	13.c	1.120	(26.530)
Remuneração capital de terceiros		171.930	178.925
Juros e variação monetária		162.186	108.513
Aluguéis		2.094	1.035
Outras		7.650	69.377
Remuneração de capital próprio		10.044	(72.108)
Resultado do exercício		10.044	(72.108)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados

a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de provisão para manutenção nota explicativa nº 22 e debêntures conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 18.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 10.044 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (prejuízo líquido de R\$ 72.108 em 31 de dezembro de 2022) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 117.533 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 128.973).

A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que as provisões para manutenções, conforme divulgado na nota explicativa nº 22, serão concluídas durante o exercício de 2024 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024.

3. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 22;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 20;
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 13.b e 16.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

- (i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 25.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 22. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatória, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 20.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 13.b.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

6. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Empresa adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de demonstração e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de dezembro de 2023, em sua avaliação a Companhia não indentificou possíveis impactos relacionados.

Imposto mínimo complementar global

A Empresa adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e

exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Empresa opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Informação de políticas contábeis materiais

A Empresa também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 7 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

7. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas".

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

7.2 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

7.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

7.3.1 Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar lucro no segundo semestre de 2023. No exercício anterior, a Companhia não apurou imposto corrente.

7.3.2 Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

7.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7.5. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

7.6. Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

7.7. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

7.8. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

7.9. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7.10. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 10,32% ao ano em 31 de dezembro de 2023. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

7.11. Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

7.12. Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

7.13. Custos com empréstimos e debêntures

Os custos com empréstimos e debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

7.14. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no

reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.15. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

7.16. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

7.17. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

7.18. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de

terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

7.19. Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

7.20. Benefícios aos empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

7.21. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

8. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em

ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 18, a Companhia tem debêntures com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31 de dezembro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	8.798	8.934
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	115.553	36.616
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>124.351</u>	<u>45.550</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 29.

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>Taxa</u> <u>Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	17.909	15.742

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 29.

11. CONTAS A RECEBER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	39.979	33.496
Vale pedágio	904	1.292
Locação de fibra óptica	2.017	2.490
Outros	7.128	5.338
Total	<u>50.028</u>	<u>42.616</u>
A vencer	49.638	42.165
Vencidos	390	451
Total	<u>50.028</u>	<u>42.616</u>

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 29.

12. ESTOQUE

	2023	2022
Material para Pavimentação	43	2.615
Elementos de Proteção e Segurança	1.380	1.900
Material de Sinalização	4.550	4.053
Outros	758	482
Total	6.731	9.050

13. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar:

	2023	2022
IRRF sobre aplicações financeiras	2.412	6.041
PIS/COFINS (PER/DCOMP)	1.270	2.838
Antecipações do exercício (IRPJ/CSLL)	1.151	-
Outros	170	170
Total circulante	5.003	9.049

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Ativos/ Passivos		Resultado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal – IR	309.671	313.628	(3.957)	13.968
Base negativa – CS	111.829	113.254	(1.425)	5.022
Provisão para manutenção	26.220	38.137	(11.917)	(1.052)
Provisão para contingências	19.320	11.085	8.235	4.397
Atualização depósitos judiciais	5.195	1.363	3.832	497
Outras diferenças temporárias	4.325	3.519	806	393
Total do ativo fiscal diferido	476.560	480.986	(4.426)	23.225
Amortização de direito de concessão	(35.352)	(37.670)	2.318	2.318
Custo de Captação	(7.182)	(7.653)	471	471
Margem de construção	(6.440)	(6.862)	422	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.418)	(1.513)	95	94
Total do passivo fiscal diferido	(50.392)	(53.698)	3.306	3.305
Total	426.168	427.288	(1.120)	26.530

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal – IR	313.628	4.441	(8.398)	(3.957)	309.671
Base negativa – CS	113.254	1.740	(3.165)	(1.425)	111.829
Provisão para manutenção	38.137	-	(11.917)	(11.917)	26.220
Provisão para contingências	12.448	15.864	(3.797)	12.067	24.515
Outras diferenças temporárias	3.519	1.112	(306)	806	4.325
Total do ativo fiscal diferido	480.986	23.157	(27.583)	(4.426)	476.560
Amortização de direito de concessão	(37.670)	2.318		2.318	(35.352)
Custo de Captação	(7.653)	471	-	471	(7.182)
Margem de construção	(6.862)	422	-	422	(6.440)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.513)	95	-	95	(1.418)
Total do passivo fiscal diferido	(53.698)	3.306	-	3.306	(50.392)
Total	427.288	26.463	(27.583)	(1.120)	426.168

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	299.660	16.169	(2.201)	13.968	313.628
Base negativa - CS	108.232	5.460	(438)	5.022	113.254
Provisão para manutenção	39.189	21.642	(22.694)	(1.052)	38.137
Provisão para contingências	7.554	4.894	-	4.894	12.448
Outras diferenças temporárias	3.126	813	(420)	393	3.519
Total do ativo fiscal diferido	457.761	48.978	(25.753)	23.225	480.986
Amortização de direito de concessão	(39.988)	2.318	-	2.318	(37.670)
Custo de Captação	(8.124)	471	-	471	(7.653)
Margem de construção	(7.284)	422	-	422	(6.862)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.607)	94	-	94	(1.513)
Total do passivo fiscal diferido	(57.003)	3.305	-	3.305	(53.698)
Total	400.758	52.282	(25.753)	26.530	427.288

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das

projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

c) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23.034	(98.638)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	(7.832)	33.537
Adições permanentes	(7.048)	(8.008)
Exclusões permanentes	1.890	1.001
Imposto de renda e contribuição social resultado	(12.990)	26.530
Impostos de renda e contribuição social corrente	(11.870)	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	(1.120)	26.530
	(12.990)	26.530
Alíquota efetiva	56%	27%

14. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final pelo Infraestrutura Brasil Holding 33.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

2023			2023	
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo	Resultado
			Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	162	-
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	853	(5.825)
Total			1.015	(5.825)

2022			2022	
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo	Resultado
			Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	21	(1)
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	9	(1)
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	261	(5.402)
Total			291	(5.404)

- (a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 8.000 (R\$ 7.500 em 31 de dezembro de 2022). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	2023	2022
Pró-labore	2.305	2.488
Bônus variáveis	2.715	2.017
Encargos	1.082	859
Outros benefícios	60	119
Total	6.162	5.483

15. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	2022	Adições	Baixas	2023
Custo					
Instalações	25	250	184	-	434
Máquinas e equipamentos	6	19.754	2.946	(101)	22.599
Móveis e utensílios	6	4.719	205	-	4.924
Veículos	5	29.161	1.989	(172)	30.978
Equipamentos de informática	7	47.199	287	(541)	46.945
Ferramentas e aparelhos		2.142	122	-	2.264
		103.225	5.733	(814)	108.144
Depreciação acumulada					
Instalações		(75)	(39)	-	(114)
Máquinas e equipamentos		(7.790)	(1.480)	101	(9.169)
Móveis e utensílios		(4.068)	(162)	-	(4.230)
Veículos		(11.062)	(6.407)	33	(17.436)
Equipamentos de informática		(41.028)	(1.674)	207	(42.495)
Ferramentas e aparelhos		(480)	(192)	-	(672)
		(64.503)	(9.954)	341	(74.116)
Imobilizado líquido		38.722	(4.221)	(473)	34.028
	Vida útil média em anos	2021	Adições	Baixas	2022
Custo					
Instalações	25	167	83	-	250
Máquinas e equipamentos	6	16.310	3.419	25	19.754
Móveis e utensílios	6	4.353	366	-	4.719
Veículos	5	26.334	3.760	(933)	29.161
Equipamentos de informática	7	45.603	3.121	(1.525)	47.199
Ferramentas e aparelhos		474	1.669	(1)	2.142
		93.241	12.418	(2.434)	103.225
Depreciação acumulada					
Instalações		(65)	(10)	-	(75)
Máquinas e equipamentos		(6.684)	(1.111)	5	(7.790)
Móveis e utensílios		(3.952)	(116)	-	(4.068)
Veículos		(5.408)	(6.197)	543	(11.062)
Equipamentos de informática		(40.560)	(1.769)	1.301	(41.028)
Ferramentas e aparelhos		(331)	(149)	-	(480)
		(57.000)	(9.352)	1.849	(64.503)
Imobilizado líquido		36.241	3.066	(585)	38.722

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

16. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Vida útil em anos	2022	Adições	Baixas	Transferências (*)	2023
Custo						
Software	5	13.760	714	-	-	14.474
Marcas e patentes	10	20	35	-	-	55
Direito de concessão	(**)	2.979.613	61.715	-	101.227	3.142.555
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		8.223	1.016	(48)	-	9.191
		3.635.616	63.480	(48)	101.227	3.800.275
Amortização						
Software		(11.396)	(330)	-	-	(11.726)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(852.652)	(168.383)	-	-	(1.021.035)
Outorga fixa		(290.899)	(21.133)	-	-	(312.032)
Direito de uso		(3.416)	(2.946)	-	-	(6.362)
Amortização acumulada		(1.158.383)	(192.792)	-	-	(1.351.175)
Saldo intangível líquido		2.477.233	(129.312)	(48)	101.227	2.449.100
Infraestrutura em construção (***)		78.716	24.609		(101.227)	2.098

	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Transferência (*)	2022
Custo						
Software	5	12.643	1.117	-	-	13.760
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.588.443	234.268	(1.479)	158.381	2.979.613
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso		6.597	1.626	-	-	8.223
Custo acumulado		3.241.703	237.011	(1.479)	158.381	3.635.616
Amortização						
Software		(11.096)	(300)	-	-	(11.396)
Marcas e patentes		(20)	-	1.478	-	(20)
Direito de concessão		(711.251)	(142.879)	-	-	(852.652)
Outorga fixa		(269.796)	(21.133)	-	-	(290.899)
Direito de uso		(770)	(2.646)	1.478	-	(3.416)
Amortização acumulada		(992.903)	(166.958)	1.478	-	(1.158.383)
Saldo intangível líquido		2.248.800	70.053	(1)	158.381	2.477.233
Infraestrutura em construção (***)		78.049	159.348	-	(158.681)	78.716

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível, em função da conclusão de trechos de obras em rodovias.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de

exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de expansão em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros. O processo arbitral envolvendo a Companhia e a Metha, encerrou-se em dezembro de 2023, vide nota explicativa 20. Após a sua conclusão, o montante de R\$ 97.410 mantido no grupo de infraestrutura em andamento, foi transferido para o direito de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,5% a.a de 2024 e 3,5% a.a até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos.

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

a) Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	26.516	43.512
Fornecedores provisão	4.234	7.827
Total	30.750	51.339

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 29.

b) Outras Contas a Pagar

	2023	2022
Procedimento Arbitrais (*)	97.410	-
Outras contas a pagar	214	382
Total	97.624	382

(*) Montante referente a conclusão do processo arbitral, vide nota 20.c.

18. DEBÊNTURES

	2022	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2023
			Principal	Atualização Monetária				
Passivo circulante								
Debêntures	81.233	-	(55.209)	(44.345)	(90.274)	89.529	76.569	127.705
Custos a amortizar	(7.818)	7.817	-	-	-	-	(7.823)	(7.824)
Total	73.415	7.817	(55.209)	(44.345)	(90.274)	89.529	76.569	119.881
Passivo não circulante								
Debêntures	1.251.015	-	-	-	-	3.116	(18.482)	1.165.447
Custos a amortizar	(75.351)	(86)	-	-	-	-	7.823	(67.614)
Total	1.175.664	(86)	-	-	-	3.116	(18.842)	1.097.833
Total geral	1.249.079	7.731	(55.209)	(44.345)	(90.274)	92.645	58.087	1.217.714
Circulante	73.415							119.881
Não circulante	1.175.664							1.097.833

	2021	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2022
			Principal	Atualização Monetária				
Passivo circulante								
Debêntures	77.830	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	81.233
Custos a amortizar	(7.752)	7.795	-	-	-	-	(7.861)	(7.817)
Total	70.078	7.795	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	73.415
Passivo não circulante								
Debêntures	1.265.072	-	-	-	-	-	70.436	1.251.015
Custos a amortizar	(82.324)	(888)	-	-	-	-	7.861	(75.351)
Total	1.182.748	(888)	-	-	-	-	70.436	1.175.664
Total geral	1.252.826	6.907	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	77.160	1.249.079
Circulante	70.078							73.415
Não circulante	1.182.748							1.175.664

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2023</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	102.521
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	23.369
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.167.262
(-) Custos de transação – Debêntures				(75.438)
Total				<u>1.217.714</u>
Parcelas do circulante				119.881
Parcelas do não circulante				1.097.833

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>
Debenturistas – Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas – Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112
(-) Custos de transação – Debêntures				(83.169)
Total				<u>1.249.079</u>
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664

Vencimento longo prazo em 31/12/2023

2025	57.613
2026	27.383
2027	105.661
2028	115.273
2029 em diante	<u>791.953</u>
Total longo prazo	<u>1.097.883</u>

Vencimento longo prazo em 31/12/2022

2024	105.901
2025	61.697
2026	29.324
2027	113.152
2028 em diante	<u>865.590</u>
Total longo prazo	<u>1.175.664</u>

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.678 (R\$ 3.355 em 31 de dezembro de 2022).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 73.761 (R\$ 79.908 em 31 de dezembro de 2022).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

(1) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

19. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 16, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% é aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.854 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 19.713 (Em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente R\$ 15.620) referente à outorga

variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 214.020. Vigência de 12 meses.

20. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	2023		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.198	12.154	17.352
Cíveis (*)	44.494	70.425	114.919
Tributária	-	2.149	2.149
Ambiental	342	8.084	8.426
Total	50.034	92.812	142.846

Natureza do risco	2022		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.255	9.945	20.200
Cíveis	19.123	33.355	52.478
Tributária	-	1.000	1.000
Procedimentos Arbitrais	74.727	39.290	114.017
Ambiental	356	7.171	7.527
Total	104.461	90.761	195.222

(*) O aumento do grupo de processos cíveis em 2023, está atrelado as notificações emitidas pela ARTESP, resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da Companhia.

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2022	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2023
Trabalhistas	10.255	2.407	(8.230)	767	5.199
Cíveis e ambientais	19.479	39.013	(18.823)	5.166	44.835
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	22.683	(97.410)	-	-
Total	104.461	64.103	(124.463)	5.933	50.034

Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2022
Trabalhistas	12.427	2.145	(6.869)	2.552	10.255
Cíveis e ambientais	7.244	19.316	(12.764)	5.683	19.479
Procedimentos Arbitrais	66.401	-	-	8.326	74.727
Total	86.072	21.461	(19.633)	16.560	104.461

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês. Em dezembro de 2023 com a conclusão do processo, o montante foi reclassificada para outras contas a pagar do passivo circulante, vide nota 17.b.

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para

ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento a avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021.

Em novembro de 2023, após a realização dos cálculos e compensações entre débitos e créditos devidos de parte à parte, verificou-se que a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 97.410 à Metha, dos quais a Companhia já possuía R\$ 68.177 contabilizados, sendo necessário complementar sua provisão em R\$ 29.742, face ao cumprimento da decisão arbitral. Em 31 de dezembro de 2023 o montante foi reclassificado para outras contas a pagar nota 17.b.

d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2023	2022
Trabalhistas	604	1.875
Cíveis	3.725	9.408
Tributária	377	889
Ambiental	17	35
Regulatório	1.353	3.498
Total	6.076	15.705

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante é de R\$ 604 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 1.875).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante é de R\$ 3.725 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 9.408).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 377 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 889), ambiental no montante de R\$ 16 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 34) e regulatória no montante de R\$ 1.353 (em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 3.498).

21. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura

de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2023	2022
Circulante	9.280	11.261
Não circulante	36.014	34.178
Total receita diferida	45.294	45.439

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2023 são:

Provisão para Manutenção	2022	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências	2023
Passivo circulante	97.146	-	-	(48.937)	-	48.209
Passivo não circulante	15.035	16.738	(2.852)	-	-	28.921
Total	112.181	16.738	(2.852)	(48.937)	-	77.130

Provisão para manutenção	2021	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências	2022
Passivo circulante	97.759	74.067	-	(98.785)	24.105	97.146
Passivo não circulante	17.513	30.373	(8.746)	-	(24.105)	15.035
Total	115.272	104.440	(8.746)	(98.785)	-	112.181

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

23. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação:

Passivo de arrendamento	2023	2022
Saldo inicial	5.746	6.457
Adições	968	1.626
Juros provisionados	451	607
Pagamento de juros	(451)	(607)
Pagamento de principal	(3.079)	(2.337)
Total	3.635	5.746
Passivo circulante	3.266	3.113
Passivo não circulante	369	2.633

Para os contratos reconhecidos no ano de 2023, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a..

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.451.400 (R\$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2022), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2022), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

No 2º trimestre de 2022, ocorreu aporte de R\$ 145.000 através de adiantamento para futuro aumento de capital em 18 de maio de 2022 e no dia 29 de junho de 2022. No dia 13 de julho de 2022 foi aprovado em ata de conselho de administração a conversão dos R\$ 145.000 para aporte de capital na Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

25. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2023 e 2022 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2023	2022
Receita de pedágio	639.904	555.113
Receitas acessórias	23.276	21.290
Impostos	(57.231)	(49.621)
Receita líquida de serviços	605.949	526.782
Receita de construção (a)	86.322	392.137
Receita total	692.271	918.919

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	2023	2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	663.180	576.403
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	19.894	17.292
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	4.311	3.747
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	33.026	28.582
Deduções da receita	57.231	49.621

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022
Depreciação e amortização	(202.745)	(176.612)
Custo de construção de obra	(86.322)	(392.137)
Pessoal	(68.643)	(65.705)
Provisão para contingências	(17.133)	(9.765)
Operacionais	(46.904)	(38.183)
Outorga variável	(19.901)	(17.287)
Provisão de manutenção	(16.738)	(104.440)
Serviços de terceiros (*)	(16.040)	(14.292)
Conservação e manutenção	(11.882)	(22.053)
Custas processuais	(7.086)	-
Manutenção de Veículos	(2.589)	(2.376)
Materiais Diversos	(2.012)	(3.326)
Outras despesas diversas	(20.871)	(23.168)
Outras receitas operacionais	699	9.306
Outras despesas operacionais	(582)	-
	(518.749)	(860.038)
Custo de serviços prestados	(439.820)	(794.431)
Despesas gerais e administrativas	(79.046)	(74.913)
Outras receitas operacionais	699	9.306
Outras despesas operacionais	(582)	-
	(518.749)	(860.038)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, vigilância entre outros.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	18.271	18.999
Outros	1.077	1.373
Total receitas financeiras	19.348	20.372
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(571)	777
Variação monetária passiva	(76.569)	(77.160)
Juros sobre debêntures	(92.645)	(91.951)
Outros	(51)	(9.557)
Total despesas financeiras	(169.836)	(177.891)
Total resultado financeiro	(150.488)	(157.519)

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2023	2022
Numerador básico		
Resultado do exercício	10.044	(72.108)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	12.602.598	12.039.369
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em milhares de reais - R\$)	(0,001)	(0,006)

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro 2023 e 2022, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício de 2023, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	2023		2022		Nível
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	124.351	-	45.550	-	
Aplicações financeiras	17.909	-	15.742	-	
Depósitos judiciais	6.076	-	15.705	-	
Contas a receber	50.028	-	42.616	-	
Outros	10	-	10	-	
Total do ativo	198.374	-	119.623	-	
Passivos					
Fornecedores	-	30.750	-	51.339	
Partes relacionadas	-	1.015	-	291	
Debêntures	-	1.217.715	-	1.249.079	
Concessão de serviço público	-	1.854	-	1.667	
Passivo de arrendamento	-	3.635	-	5.746	
Outras contas a pagar	-	97.624	-	382	
Total do passivo	-	1.352.593	-	1.308.504	

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos

mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes nº 18.

b) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são

administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 50.028 (R\$ 42.616 em 31 de dezembro de 2022), sendo 79,9% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 9 e nº 10, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

c) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras e incluem os pagamentos de juros contratuais:

31 de dezembro de 2023	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.217.715	1.802.218	180.222	1.621.996
Fornecedores	30.750	30.750	30.750	-
Partes relacionadas	1.015	1.015	1.015	-
Credor pela concessão	1.854	1.854	1.854	-
Passivo de arrendamento	3.635	5.503	1.982	3.521
Outras contas a pagar	97.624	97.624	97.624	-

31 de dezembro de 2022	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.249.079	1.848.637	184.864	1.663.773
Fornecedores	51.339	51.339	51.339	-
Partes relacionadas	291	291	291	-
Credor pela concessão	1.667	1.667	1.667	-
Passivo de arrendamento	5.746	8.699	3.133	5.566
Outras contas a pagar	382	382	382	-

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	13,04%	16,30%	19,56%	9,78%	6,52%
DI Passivo (% ao ano)	13,04%	16,30%	19,56%	9,78%	6,52%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,62%	5,78%	6,93%	3,47%	2,31%

Os indicadores utilizados para 2023 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2023.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2023, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2023	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	115.553	CDI	13,04%	15.068	18.835	22.602	11.301	7.534
Aplicações financeiras vinculadas	17.909	CDI	13,04%	2.335	2.919	3.503	1.751	1.168
Debêntures (*)	(1.217.715)	IPCA	4,62%	(56.258)	(70.323)	(84.388)	(42.194)	(28.129)
Total	(1.084.253)			(38.855)	(48.569)	(58.283)	(29.141)	(19.428)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(9.714)	(19.428)	9.714	19.428

(*) Inclui custos de transação a amortizar.

Instrumentos	Exposição em 31/12/2022	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	45.550	CDI	13,65%	6.218	7.772	9.326	4.663	3.109
Aplicações financeiras vinculadas	15.742	CDI	13,65%	2.149	2.686	3.223	1.612	1.074
Debêntures (*)	(1.249.079)	IPCA	7,17%	(89.559)	(111.949)	(134.338)	(67.168)	(44.778)
Total	(1.187.787)			(81.192)	(101.491)	(121.789)	(60.893)	(40.595)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(20.299)	(40.597)	20.299	40.597

(*) Inclui custos de transação a amortizar.

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

30. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	42.440	16/06/2024	Pottencial	(a)
Garantia funções operacionais	214.020	16/06/2024	Pottencial	(b)
Responsabilidade civil	47.434	13/04/2024	Axa/HDI	(c)
Riscos operacionais	163.000	13/04/2024	Tokio	(d)
D & O	50.000	10/08/2024	Austral	
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2024	Tokio	
Fiança Locatícia	90	03/01/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Ourinhos	113	01/01/2025	Pottencial	
Fiança Locatícia - Presidente Prudente	139	01/01/2025	Pottencial	
Riscos Diversos - Equipamentos	2.100	13/04/2024	Tokio Marine	
Drone - Casco	210	13/04/2024	Essor	
Drone - Reta	754	13/04/2024	Essor	
Garantia judicial execução fiscal	517	até 2024	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	6.232	até 2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	2.232	até 2026	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	22.892	até 2027	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	53.261	até 2028	Pottencial	

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

a) Intangível	2023	2022
Saldo de fornecedor no fim do exercício	16.385	38.577

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 09 de janeiro de 2024, a Companhia depositou judicialmente o valor de R\$ 97.410 da condenação no âmbito da arbitragem, conforme nota explicativa 22.

René Silva
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5

* * *